

Demagogia no setor do ensino

Neste momento em que o ministro Carlos Chiarelli está discutindo as novas regras para os exames vestibulares do próximo ano, a fim de pôr em prática o acordo por ele assinado com os reitores das universidades federais para justificar o descumprimento da decisão do presidente da República de cortar gastos supérfluos, um grande obstáculo pode dificultar o preenchimento das vagas "ociosas" no ensino superior: a falta de candidatos bem preparados em número suficiente, tal o estado de degradação do ensino de 2º grau.

Para se ter uma idéia do grau a que chegou essa deterioração, basta examinar os levantamentos sobre a situação do ensino de 2º grau elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep): segundo esse trabalho, que ainda está incompleto, 85,21% dos jovens na faixa etária de 15 a 19 anos encontram-se fora da escola. Endossando uma estimativa do Bird, esse estudo revela que o Brasil poderá chegar a 2015 com apenas 50% da população escolar efetivamente matriculada no 2º grau.

Esses números revelam que as novas gerações brasileiras não estão preparadas nem para ingressar na Universidade nem, muito menos, para ocupar cargos e empregos que exigem um mínimo de formação especializada. E o fato mais grave é que o problema do ensino de 2º grau, medido pelos levantamentos do Inep a partir dos índices de evasão escolar, é um fenômeno que atinge indistintamente todas as regiões do País. No Norte e no Nordeste, a situação assume dimensões dramáticas, a ponto de, em estados como o Maranhão, 91% dos adolescentes encontrarem-se fora das escolas. Mas também no Sul e no Sudeste a situação é ruim: em São Paulo, a mais rica unidade da Federação, 63,5% de sua população adolescente não chega ao curso de 2º grau.

Se esse importante nível de ensino está degradado e se o índice de evasão escolar é absurdamente alto, isso se deve a uma perversa convergência de fatores. No Norte e no Nordeste, o número de vagas oferecido pela rede pública é insuficiente — há até mesmo cidades que não dispõem de colégios de 2º grau. No Sul e no Sudeste, onde as vagas existem em quantidade satisfatória, é a má qualidade do ensino que afugenta os jovens. Além disso, os adolescentes oriundos dos setores mais desfavorecidos da população não dispõem de condições para estudar, pois desde cedo precisam trabalhar em ocupações não qualificadas, para ajudar no orçamento doméstico.

Um quarto fator também contribui para a evasão escolar: as escolas técnicas federais, criadas para oferecer um ensino de 2º grau com propósitos profissionalizantes, foram afetadas por leis absurdas que, impondo programas equivocados a partir dos anos 70, as desfiguraram por completo. Como elas não oferecem formação profissional nem aprendizagem de conhecimentos gerais, seus alunos — todos oriundos dos setores mais pobres da população — as abandonam.

Diante das conclusões preliminares do estudo do Inep é difícil entender a idéia do ministro Chiarelli de preencher a qualquer preço as vagas "ociosas" das universidades federais e de abrir outras 126 mil, a pretexto de melhorar sua "produtividade". Se o ensino de 2º grau não consegue formar estudantes preparados em número suficiente para "abastecer" as vagas hoje existentes, que acontecerá quando os exames eliminatórios forem substituídos pelos vestibulares classificatórios? Se não começar pelo ataque ao problema do ensino de 2º grau, o titular do MEC pode acabar destruindo, com seus acertos demagógicos com os reitores das universidades federais, o que ainda resta de bom no ensino superior brasileiro.